



Análise

26/03/2011 - Queda da ditadura ou transição à democracia no Egito?p.01

Artigo publicado originalmente no *Correio Brasiliense*, 31 de janeiro de 2011.

Texto Informativo

26/03/2011 - A história do G-20 e a atuação brasileirap.03

Desde sua criação, em 1999, o Grupo dos 20, ou G-20, vem ganhando espaço nas negociações e articulações políticas multilaterais no cenário internacional. Após algumas reuniões de Chefes de Estado, o G-20 é apontado, hoje, como um dos fóruns mais importantes para o diálogo no que tange a questões da economia política internacional. Dentro do Grupo, o Brasil vem atuando de maneira importante e de relativo destaque.

Queda da ditadura ou transição à democracia no Egito?

Análise
Oriente Médio e Magreb
Léa G. Souki, professora do Curso de Relações Internacionais, PUC-MG.
26 de Março de 2011

Artigo publicado originalmente no *Correio Brasiliense*, 31 de janeiro de 2011.

Os fenômenos de contestação às ditaduras que estão ocorrendo em países islâmicos e que vêm ganhando expressão na imprensa internacional surpreenderam boa parte da opinião pública. É muito provável que os próprios regimes que hoje se vêm contestados desconhecem a força das oposições por não se beneficiarem daquilo que eles impediram, a imprensa livre. Os órgãos de informação costumam detectar segmentos de oposição, mas não são capazes de compreender o pulso da insatisfação popular. Esta está, na maioria das vezes, acobertada por uma espécie de “submissão voluntária”, isto é, as pessoas compreendem que é melhor mostrar aquiescência uma vez que não se sentem suficientemente fortes para contestar o regime ou não vislumbrem alternativa. A derrocada do regime na Tunísia pode fazer com que seus vizinhos do Egito, da Jordânia, do Iemen sintam que já podem revelar suas preferências. O efeito demonstração iniciou-se e não se sabe até onde pode chegar.

A queda de uma ditadura não significa necessariamente o início de uma democracia. O caso do Irã é emblemático. Ao cair a ditadura do Xá Reza Pahlevi as oposições ensaiaram uma liberalização

mas foram assaltadas por uma nova ditadura sob o comando do Ayatolá Khomeini. O que se passa entre a queda da ditadura e a liberalização que, em todos os casos empíricos conhecidos,

precedeu a democratização, não se pode prever. Não se sabe se a liberalização dará espaço a um regime constitucional com eleições competitivas com alternância e divisão de poderes, ou instaurará novos controles mais eficientes. A liberalização instaura ou reinstaura os direitos civis de, inviolabilidade de domicílio, direito a divergir e publicizar a divergência e sobretudo o direito de se defender da arbitrariedade do Estado.

Portanto, as garantias civis permitem com que as forças em pugna venham à tona e cada uma irá lutar por seus propósitos. Além da definição das regras do jogo o novo governo terá que lidar com um conflito distributivo latente. A população egípcia que protesta por liberdade de opinião o faz também por melhores condições de vida, a questão do emprego e da saúde teria que ser encarada assim como a da educação, lembrando que a maioria da população rural do Egito é analfabeta. Assim, ao ser iniciada a liberalização não haverá garantia de um regime democrático, o novo regime terá que ser capaz de criar uma base constitucional e consensos que conduzam às reformas almejadas.

No Egito o ditador Osni Mubarak, diante dos protestos de rua nas grandes cidades, anunciou a mudança do seu Ministério mas se apega ao poder. Estando a três décadas controlando o país, o mais provável que não esteja disposto a

garantir a liberalização do regime, se acaso o fizer ele teria possibilidade de conduzir o processo de transição. Existem casos em que isso ocorreu, embora não tenha se dado exatamente da maneira como tinha sido pensada pelos dirigentes do regime. No caso do Egito, o mais provável é que a liberalização não seja conduzida pelo regime anterior. O que está em jogo na abertura do regime egípcio? O grande fantasma para o Estado egípcio é a “Irmandade Muçumana”, uma organização pouco conhecida no Brasil e pouco veiculada em nossa imprensa. No Egito ela é um partido político tolerado pelo governo de Mubarak e que não conta com as garantias normais da competição partidária. Tendo se dedicado a políticas de proteção social, estabeleceu-se nos interstícios da sociedade e ultrapassou as fronteiras do próprio Egito passando a desenvolver um papel importante nas situações limites em que se encontram as populações palestinas. Na Faixa de Gaza tem sido responsável por políticas continuadas de saúde e educação em áreas que a autoridade Palestina, muitas vezes, não tem conseguido cobrir. Além disto, mostrou-se muito eficiente na prestação de socorro aos mutilados e feridos logo após os combates. Na medida em que sua legitimidade ultrapassa as fronteiras do Egito, embora nele tenha sua origem, cria-se a possibilidade de subtrair lealdade ao Estado-nação. Este é o ponto crucial para o Estado egípcio atual sobre o que não se pode precisar quão objetiva seja esta percepção. Isto é, a existência de uma lealdade extra-nacional pode ser algo que alimente uma espécie de paranóia necessária à manutenção da ditadura. Também coloca em jogo sua política externa de apoio a Israel, uma vez que na região somente Egito e Jordânia e Arábia Saudita mantém relações permanentemente amigáveis com o país. Como Israel entenderia a queda da ditadura egípcia no contexto de sua base de apoio no Oriente Próximo?

O que se pode prever é muito pouco. Se as forças de oposição à ditadura irão negociar uma Carta que garanta uma constitucionalidade básica, estará aberta a possibilidade de iniciar-se um processo em que os atores competirão por seu projeto dentro das regras do jogo eleitoral. Nesse caso a incerteza se dará sobre o grau de democratização a que se chegará e as possibilidades de impedir a volta do regime anterior. Caso isto não ocorra e Mubarak se apherre ao poder mudando pessoas sem garantir constitucionalidade, o processo poderá envolver mais violência e mais incerteza.

A história do G-20 e a atuação brasileira

Texto Informativo
Vinícius Tavares de Oliveira
26 de Março de 2011

Desde sua criação, em 1999, o Grupo dos 20, ou G-20, vem ganhando espaço nas negociações e articulações políticas multilaterais no cenário internacional. Após algumas reuniões de Chefes de Estado, o G-20 é apontado, hoje, como um dos fóruns mais importantes para o diálogo no que tange a questões da economia política internacional. Dentro do Grupo, o Brasil vem atuando de maneira importante e de relativo destaque.

Durante a reunião do G8, em Setembro de 1999, os países do Grupo sinalizaram a importância de se criar um ambiente onde países desenvolvidos e emergentes poderiam debater sobre questões econômicas internacionais. Tais anúncios marcaram o nascimento do Grupo dos Vinte, ou G-20, que seria composto por: Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Coreia do Sul, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos, União Européia, além do Diretor do FMI, o presidente do Banco Mundial, em conjunto com os presidentes do Comitê Monetário e Financeiro Internacional e o Comitê do Desenvolvimento. Em conjunto, os países possuem mais de 80% do PIB mundial e dois terços da população mundial.

As motivações para a criação do G-20

A grande motivação para a criação do grupo foi a crise de 1997, que teve início na Tailândia, e que se intensificou e se espalhou nos dois anos seguintes para as grandes economias da Ásia e, depois, para a Rússia e América Latina. Além disso, a criação do grupo demonstra as mudanças na economia global, onde países outrora

menos desenvolvidos começaram a se desenvolver de maneira rápida e não poderiam ser alijados dos processos decisórios da economia internacional. Outro ponto que demonstra a necessidade de se criar um ambiente de diálogo econômico mais amplo entre os países é a maior integração entre os mercados mundiais, que torna impossível a polarização das decisões, exigindo, assim, cursos de ação coordenados de forma multilateral.

Quando da reunião do Conselho Econômico Ásia-Pacífico (APEC) em Vancouver, Canadá, em Novembro de 1997, o então Presidente Estadunidense Bill Clinton solicitou a seu Secretário do Tesouro que organizasse um encontro com as maiores economias do mundo, que visava reformar a arquitetura do sistema financeiro internacional para sair da crise econômica que vigia à época. Daí surgiu o Grupo dos Vinte e Dois - que ficaria reconhecido, mais tarde, como Willard Group - composto por ministros de finanças e presidentes de bancos centrais.

O primeiro encontro do G-20 ocorreu nos Estados Unidos, pouco tempo antes de uma reunião do FMI e do Banco Mundial. Na reunião, os Estados concordaram que era necessário fortalecer o sistema financeiro internacional, visando impedir graves crises econômicas. Além disso, criaram-se três grupos de trabalho que lidavam com as seguintes questões: (i) aumentar a transparência e a abertura dos

mercados, (ii) fortalecer o sistema financeiro e a estrutura do mercado internacional, em especial em países emergentes e (iii) e alcançar harmonia de interesses entre setores privados e governamentais no caso de alguma crise. Os resultados dos grupos de trabalho foram apresentados na segunda reunião do G-22, em 1998, e foram considerados satisfatórios para o melhor entendimento de qual princípio e curso de ação deveriam ser tomados a partir dali.

Uma proposta apresentada ao G7 era a de continuar o processo de formalização do G-22, e delegar ao grupo algumas tarefas no que concerne à definição dos rumos da economia. Contudo, alguns membros do G7 temiam que, dada a configuração e composição do G-22, países da Ásia ganhariam poder excessivo, além do medo de que o G-22 não pudesse cumprir suas tarefas. Assim, a ideia do Grupo foi abandonada, mas, paralelamente, foi pensado outro arranjo que pudesse avançar nos debates, de maneira *ad hoc*: o G-33.

A ideia do G-33 era continuar os processos iniciados pelo G-22. Contudo, alguns países demonstravam-se insatisfeitos com o caráter *ad hoc* dos fóruns, e pediam que um arranjo fosse criado e que se sustentasse. Além disso, alguns membros do G7 estavam igualmente insatisfeitos com o fato de que o número muito grande de países (33) pudesse inviabilizar a possibilidade de manter um diálogo frutífero. A partir daí, começam os diálogos que culminariam com a criação do G-20.

O objetivo principal era criar um arranjo parecido com o G-22, mas com um número reduzido de membros que pudesse facilitar o diálogo e encorajar discussões francas no que diz respeito a questões econômicas. Uma ideia inicial era a de converter o Conselho Interino do FMI em um Conselho de Ministros, com poder de decisão. Contudo, alguns países se opuseram argumentando que algumas

questões que deveriam ser debatidas encontravam-se fora do escopo de atuação do FMI.

Uma questão que foi levantada era como integrar esta nova instituição com as instituições do sistema de Bretton Woods. A solução foi conceder assentos ao presidente do FMI e do Banco Mundial e coloca-los com *status* de membros, além de criar um esquema de presidências rotatórias do Grupo. Estas medidas dariam representatividade ao sistema de Bretton Woods, e traria ao grupo um sentido democrático, uma vez que vários países, inclusive os menos desenvolvidos, poderiam presidir reuniões do Grupo. A partir daí, chegou-se ao consenso de que vinte membros eram necessários para compor o novo fórum. O próximo passo era definir os membros do novo Grupo.

Não foi criada uma lista rígida de critérios para que países pudessem ser convidados, mas era necessário que os mesmos possuíssem fortes economias. Outro ponto era dar ao grupo uma espécie de representatividade, o que significava que ele deveria ter membros de todos os continentes. Definir tais países foi deveras custoso para o G7, uma vez que alguns países do G-22 e G-33 ficariam de fora e, possivelmente, desapontados.

Com os quatro europeus do G7 incluídos no novo grupo, qualquer participação europeia adicional foi descartada. Uma solução encontrada foi adicionar a União Européia como membro, para representar os demais países. O continente africano também era um problema. Apesar de alguns membros provenientes da África fossem debatidos, apenas a África do Sul foi chamada a compor o grupo. Após alguns outros convites, chegou-se a um arranjo considerado ideal: 19 países, mais a União Européia e membros do FMI e Banco Mundial.

Em princípio, pensou-se em “batizar” o fórum de G19, considerando o número de países, mas isso poderia dar margem para pressões para aumentar o número de

membros. Assim, pensou-se em G-20.

A presidência do G-20

A primeira presidência do G-20 fora concedida ao Canadá, empreendedor do grupo, por dois anos. Assim, ao final de 2001, o grupo passaria por uma rotação em sua presidência. Para tanto, pensou-se em vários membros que pudessem contribuir para a continuidade do fórum. Uma vez que o Canadá exercera o primeiro mandato, criou-se o consenso de que uma segunda presidência deveria ser exercida por um país emergente. Já no início de 2002, definiu-se que a Índia e seu ministro de finanças deveriam assumir a presidência. Além disso, as conversas para a próxima presidência deveriam iniciar no ano seguinte.

“Em 2002, os países também concordaram em estabelecer uma gestão "troika", composta pelos presidentes anteriores, atuais e futuros. Esta inovação, que é praticamente única entre os arranjos institucionais internacionais, reforçou a continuidade do grupo. Entre suas funções, a Troika propõe temas da agenda para o G-20, seleciona pessoas ou instituições para falarem sobre temas específicos, em consulta com os países membros, e lida com a logística das reuniões. Ela também dá as cadeiras atuais e futuras o acesso pronto para a experiência de presidente do conselho do ano anterior. Membros da Troika de 2007 foram a Austrália (2006), África do Sul (2007) e Brasil (2008).” (G-20, 2007 - p: 23).

O processo decisório e as burocracias

Assim como no G7, os debates e o processo decisório transcorrem de maneira mais informal, e qualquer decisão deve ser feita através de consenso, o que dá um sentido de igualdade entre os países. O grupo não tem secretariado

permanente nem logística. Ambos são providos pelo país membro que estiver presidindo as sessões.

O grupo também conta com uma reunião de assessores que “prepara o terreno” para que a reunião de Ministros e Presidentes possa ser mais eficaz. Além disso, o grupo realiza workshops que são preparados pelos países e contam com a presença de experts em temas relacionados com a economia internacional. Após uma proposta australiana, foram criados grupos de estudos que atuariam de forma *ad hoc*.

Os objetivos e a evolução do G-20

É importante ressaltar que o G-20 não seria um fórum que tomaria decisões. Ao contrário, a ideia seria ajudar a articular posições e moldar a agenda econômica internacional. Um outro objetivo era “servir de exemplo” para os demais países na adoção de políticas que viabilizassem a recuperação dos países em tempos de crise. Além disso, o G-20 seria o local para definir medidas que evitassem novas crises, ou, no mínimo, diminuísse os efeitos maléficos da mesma.

Quando dos atentados de 11 de Setembro, o grupo emitiu um comunicado afirmando que seu objetivo seria, também, acabar com o financiamento do terrorismo ao redor do mundo. Ano após ano, os membros do G-20 concentraram seus esforços na construção de vínculos institucionais. Além disso, o grupo buscava aprovar medidas que pudessem garantir um crescimento durável, confrontando diversos modelos para o crescimento, apresentado por diversos países.

Outro objetivo do G-20 foi a tentativa de reformar as instituições de Bretton Woods – FMI e Banco Mundial –, dando, aos fóruns, maior representatividade e voz aos países em desenvolvimento.

Outro ponto que deve ser destacado é a articulação do grupo com outras instituições que lidam com questões econômicas direta ou indiretamente. Assim, é possível ver debates com o FMI, OCDE, OMC, vários órgãos ligados institucionalmente com a Organização das Nações Unidas (ONU), além de arranjos regionais de cooperação econômica como Mercosul, NAFTA, ASEAN e APEC.

Assim, o grupo mostra a habilidade que tem de se articular em vários temas, como debates sobre financiamento do terrorismo, reformas de instituições internacionais, desenvolvimento econômico, medidas para sair das crises, manutenção da estabilidade etc.

A atuação do Brasil no G-20

Desde a sua criação, o G-20 vem debatendo temas ligados ao comércio e ao sistema financeiro internacional. Em cada reunião, uma gama de assuntos foi abordada. Assuntos que vão desde a rodada de Doha até um novo padrão de comércio internacional baseado em várias moedas, passando por maneiras de se levar o desenvolvimento econômico para os países mais pobres do globo.

O Brasil, país que vem demonstrando índices significativos de desenvolvimento nos últimos anos, vem participado das reuniões com um discurso revisionista *soft*¹. Quando o ex-presidente Lula afirma que “hoje não se discute clima, não se discute comércio e não se discute qualquer assunto no mundo sem levar em conta países como o Brasil, China, Índia, México e África do Sul”², ele já demonstra que a

postura do Brasil será de buscar maior representatividade para os países classificados como “emergentes”. Dado este objetivo, o país vem articulando suas posições e tentando buscar soluções multilaterais no que tange à dita reforma financeira internacional. Além disso, o país toca incessantemente na questão do protecionismo e afirma que o mesmo é “como uma droga que oferece alívio rápido, mas, no longo prazo, leva a vítima à uma depressão prolongada”³.

Muito embora esta postura revisionista *soft* tenha ditado o tom dos discursos brasileiros desde o primeiro encontro do G-20, a crise econômica/financeira de 2008 contribuiu, em termos de argumentação, para que o país voltasse a insistir em meios de se reformar o sistema financeiro, em especial o FMI e seu sistema de votos por quota. Reforma esta que daria maior representatividade e poder para alguns países emergentes, entre eles, certamente, o Brasil. Vale ressaltar que o país tem depositado muita confiança no arranjo institucional do G-20. Por várias vezes o ex-presidente Lula afirmou que, a partir da criação do grupo, este seria o ambiente principal para os debates econômicos e financeiros.

Outro ponto que tem sido exaustivamente colocado pelo Brasil como uma forma de se reformar o sistema financeiro e que foi exposto em várias reuniões do G-20 – em especial a de Pensilvânia, nos Estados Unidos, em Setembro de 2009 – é a abordagem regional como saída da crise. O país vem defendendo que os continentes adotem políticas regionais que possam fortalecer as economias e que isso, feito de forma paralela e simultânea, pode significar um grande avanço para que o globo possa afastar a crise. São citados vários exemplos, em especial o Mercosul e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Assim, percebe-se que o Brasil é defensor de duas grandes

¹ Fala-se em “revisionismo *soft*” quando um país gostaria de ver uma determinada questão ser abordada e solucionada de uma maneira não tão radical quanto uma espécie de revolução, mas de uma maneira mais suave, sem romper completamente com as práticas vigentes.

² Entrevista do Presidente Lula, após reunião da cúpula do G-8 – 07/06/2007

³ Discurso do Presidente Lula para o Fórum Econômico Mundial em 15/04/2009

frentes para a reforma do sistema financeiro mundial: uma de proporções globais, que lida com a reforma do “sistema atual, dominado pelo dólar, num sistema de reservas multdivisas, assim como o uso extensivo dos direitos especiais de saque do Fundo Monetário Internacional”⁴ e outra de cunho regional, que lida com empréstimos para estimular o consumo e aumentar o PIB dos países para que estes possam superar a crise financeira.

Em suma, o Brasil adota uma mesma postura desde sua primeira participação do G-20: a ideia de que as estruturas nas quais estão fundamentadas os pilares da economia internacional precisam ser repensadas de maneira a evidenciar as novas dinâmicas internacionais. Em alguma medida, a crise de 2008 serviu para que o país adicionasse mais um argumento em seu favor. Assim, o Brasil vem tentando convencer os países pobres de que pode representá-los em meio às maiores economias, ao mesmo tempo em que tenta se inserir no meio destas e ter voz de destaque na reforma do sistema financeiro internacional.

Referência

AlJazeera

<http://english.aljazeera.net/news/europe/2010/10/20101017141335420533.html>

BBC

<http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-11559451>

<http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-11532699>

CNN

<http://edition.cnn.com/2010/WORLD/eurpe/10/17/germany.merkel.multiculturalism/index.html>

DW

<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,2673021,00.html>

Estado de São Paulo

<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,debate-sobre-integracao-cultural-esquenta-na-alemanha,625965,0.htm>

Site oficial do G-20

<http://www.G-20.org>

Stratfor

http://www.stratfor.com/weekly/20101018_germany_and_failure_multiculturalism?utm_source=GWeekly&utm_medium=email&utm_campaign=101019&utm_content=readmore&elq=75789402e77e4878b06a4a60ce0849a8

Universidade de Toronto

<http://www.G-20.utoronto.ca/docs/G-20history.pdf>

<http://www.g8.utoronto.ca/newsdesk/pittsburgh/lula.html>

Palavras chave: G-20, Brasil, Economia Internacional, Governança Global.

⁴ Fonte: Itamaraty. Disponível em: <
<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-globo/2010/06/04/brasil-e-china-afinam-discurso-para-reuniao-do-g-20> >
Acesso em: 20/10/10

ConjunturaInternacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral: Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine

Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Profª. Liana Araújo Lopes

Membros: Carlos Roberto de Souza Junior; Marina Scotelaro de Castro; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes; Vinícius Tavares de Oliveira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais,
prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte -
MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email:

ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>